



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE PRÓ-
REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

INSTRUÇÃO NORMATIVA PROEX N.º 01, DE 11 DE JANEIRO DE 2021

Dispõe sobre o Sistema de Monitoramento e Avaliação da Extensão Universitária na Universidade Federal do Acre.

A PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 124 do Regimento Geral da Ufac e tendo em vista o disposto na Resolução Cepex n.º 26, de 27 de outubro de 2020, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa objetiva implementar o Sistema de Monitoramento e Avaliação da Extensão Universitária (Simaeu) da Universidade Federal do Acre, conforme estabelecido na Resolução Cepex n.º 26 de 27 de outubro de 2020, considerando especialmente o disposto no artigo 21.

Art. 2º Os objetivos, indicadores, instrumentos avaliativos e as fases de criação do Simaeu estão disciplinados no Anexo Único dessa Instrução Normativa.

Art. 3º Os casos omissos serão apreciados pela Pró-Reitoria de Extensão.

Art. 4º A presente Instrução Normativa entra em vigor na presente data.

Isaac Dayan Bastos da Silva
Pró-Reitor de Extensão e Cultura
Portaria n.º 3373/2018

ANEXO ÚNICO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA



SISTEMA DE INDICADORES PARA O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (SIMAEU)

RIO BRANCO

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA



**SISTEMA DE INDICADORES PARA O MONITORAMENTO E
AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (SIMAEU)**

Margarida de Aquino Cunha
Reitora

Josimar Batista Ferreira
Vice-Reitor

Gleyson de Sousa Oliveira
Pró-Reitor de Administração

José Sérgio Lopes Siqueira
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Filomena Maria Oliveira da Cruz
Pró-Reitor de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

Isaac Dayan Bastos da Silva
Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Ednaceli Abreu Damasceno
Pró-Reitora de Graduação

Auton Peres de Farias Filho
Pró-Reitor de Planejamento

Margarida Lima Carvalho
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA



SISTEMA DE INDICADORES PARA O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (SIMAEU)

Organização

Rivanda dos Santos Nogueira

Equipe de Elaboração:

Isaac Dayan Bastos da Silva (Pró-Reitor)

Serviço de Apoio Administrativo (SAA/Proex)

Maria Perpetua Socorro Noronha Mendonça

Nayara Lima Mendes

Diretoria de Arte, Cultura e Integração Comunitária (Dacic)

Francisco Pinheiro de Assis (Diretor)

Alan Deivis Uchôa de Bem

Ciro Albuquerque Quintanna

Gabriela Macedo Rodrigues

Jefferson Feitosa de Almeida

Kamila Costa da Silva

Letícia Porto Ribeiro

Luana Raquel da Silva de Melo

Mateus Barbosa Rodrigues

Pedro Silva Cruz

Thomaz Ribeiro Rocha

Diretoria de Ações de Extensão (Daex)

Valmir Freitas de Araújo (Diretor)

Francisco Gilvan Martins do Nascimento

Maria Raquel Rodrigues Meireles de Souza

Priscila Costa Lima

Rivanda dos Santos Nogueira

Revisão e Editoração

Rivanda dos Santos Nogueira

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – POLÍTICA DE GESTÃO	34
QUADRO 2 – INFRAESTRUTURA	36
QUADRO 3 – POLÍTICA ACADÊMICA	37
QUADRO 4 – RELAÇÃO UNIVERSIDADE-SOCIEDADE (RUS)	38
QUADRO 5 – PRODUÇÃO ACADÊMICA	40

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
I. BASES CONCEITUAIS, PRINCÍPIOS NORTEADORES E FINALIDADES DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	9
II. ANTECEDENTES DO SIMAEU	13
III. OBJETIVOS DO SIMAEU	16
3.1 Geral	
3.2 Específicos	
IV. METAS DE ALCANCE A PARTIR DOS DADOS COLETADOS PELO SIMAEU	18
V. REFERENCIAL TEÓRICO	19
VI. FASES DO SIMAEU	24
6.1 ESTUDO DO REFERENCIAL TEÓRICO POR PARTE DA EQUIPE PROEX/UFAC - 1ª FASE	
6.2 PLANEJAMENTO E ESCRITA DA PROPOSTA INICIAL - 2ª FASE	25
6.3 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL E COLETA DE SUGESTÕES - 3ª FASE	27
6.4 IMPLANTAÇÃO/PROJETO PILOTO - 4ª FASE	
6.5 (RE)AVALIAÇÃO DAS AÇÕES PARA A TOMADA DE NOVAS DECISÕES - 5ª FASE	28
6.6 IMPLANTAÇÃO - 6ª FASE	
VII. METODOLOGIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	30
7.1 DAS CONDIÇÕES INICIAIS NECESSÁRIAS PARA O TRABALHO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO NA UFAC	31
VIII. INDICADORES INICIAIS PARA O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	33
REFERÊNCIA BÁSICA	41
APÊNDICES	44
APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO (PÚBLICO-ALVO: COMUNIDADE EXTERNA PARTICIPANTE DE ATIVIDADE DE EXTENSÃO)	45
APÊNDICE 2 - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO (PÚBLICO-ALVO:	

DISCENTES, DOCENTES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS PARTICIPANTES DE AÇÕES DE EXTENSÃO)	47
APÊNDICE 3 - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO (PÚBLICO ALVO: COORDENADOR DE AÇÃO DE EXTENSÃO)	50
APÊNDICE 4 - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO (PÚBLICO ALVO: BOLSISTAS E VOLUNTÁRIOS NA AÇÃO DE EXTENSÃO)	52

APRESENTAÇÃO

Dentre outras frentes de trabalho no âmbito da Universidade Federal do Acre (Ufac), o cumprimento do papel social da Universidade evidencia-se por meio do fortalecimento da institucionalização da Extensão Universitária. Nesse sentido, para que a Extensão possa ampliar o diálogo com a comunidade interna e externa, é imprescindível que a Universidade invista em planejamentos contínuos e sistemáticos de atividades acadêmicas e administrativas que apoiem projetos e programas de extensão.

Um planejamento consistente requer informações atualizadas sobre o contexto acadêmico. Esse pressuposto se justifica em função de que o conhecimento do presente perpassa por atividades de monitoramento e avaliação das ações extensionistas.

Nessa esteira, apresentamos o Sistema de Monitoramento e Avaliação da Extensão Universitária (Simaeu) da Ufac, uma proposta que tem como objetivo central aquele já apontado no Art. 20 da Resolução Cepex n.º 26/2020:

registrar a relevância social da ação realizada, tanto no aspecto quantitativo, como no qualitativo, com base no registro das atividades e no levantamento de dados, com vistas a orientar as decisões políticas e institucionais quanto aos seus programas de extensão e ao impacto social. (UFAC, 2020, não p.).

Um monitoramento bem realizado pode auxiliar a avaliação das ações de extensão e no mapeamento das atividades culturais realizadas por meio do Simaeu. Vaitsman *et. al.* (2006, p. 21) definem monitoramento como um “acompanhamento contínuo, cotidiano, por parte de gestores e gerentes, do desenvolvimento dos programas e políticas em relação a seus objetivos e metas.” E essa é uma das intencionalidades cruciais na dinâmica da extensão na Ufac: o monitoramento incorporado ao cotidiano da Instituição.

Para a realização de um monitoramento eficaz e eficiente é necessário a definição prévia de indicadores condizentes com a realidade extensionista da Ufac e, na continuidade, que esses indicadores sejam mensurados permanentemente, de preferência, por um sistema de tecnologia da informação. Vaitsman *et. al.* (2006 p. 21) afirmam, ainda, que o monitoramento:

é realizado por meio de indicadores, produzidos regularmente com base em diferentes fontes de dados, que dão aos gestores informações sobre o desempenho de programas, permitindo medir se objetivos e metas estão sendo alcançados. (VAITSMAN *et. al.*, 2006 p. 21).

Inspirados na política nacional de extensão definida no âmbito do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (Forproex), no Simaeu há indicadores propostos organizados em 5 dimensões, quais sejam:

1. Política de Gestão (PG);
2. Infraestrutura (Infra);
3. Política Acadêmica (PA);
4. Relação Universidade-Sociedade (RUS); e
5. Produção Acadêmica (Prod).

A definição de indicadores próprios intenciona refletir as especificidades regionais e locais e podem se constituir em ferramentas essenciais para a tomada de decisões estratégicas, gerenciais e operacionais que são consequências diretas de um monitoramento das ações de extensão (adaptado de FORPROEX, 2013), sobretudo se o processo for conduzido, como intencionamos: participativo, democrático e representativo.

A Plataforma de Ações de Extensão e Cultura (Paec) utilizada na Ufac desde 2016 tem sido importante para o monitoramento das ações de extensão e é atualizada constantemente para melhor atender as demandas de monitoramento, de fluxos de processos e procedimentos administrativos necessários à operacionalização do apoio da gestão, bem como à consolidação da extensão.

Para além do monitoramento, urge consolidar uma cultura de avaliação das ações de extensão da Ufac, processo fundamental para a definição de metas e prioridades das políticas internas de Extensão, para o aperfeiçoamento do planejamento e replanejamento das atividades extensionistas e a consequente melhoria dos trabalhos de extensão que envolve, discentes, servidores e comunidade externa à Universidade (adaptado de FORPROEX, 2013).

Ainda segundo Vaitsman *et. al.* (2006):

a avaliação costuma ser realizada por meio de estudos específicos que procuram analisar aspectos como relevância, eficiência,

efetividade, resultados, impactos ou a sustentabilidade de programas e políticas, segundo aquilo que foi definido em seus objetivos. (VAITSMAN *et. al.*, 2006 p. 23).

Nesse contexto, envolver as unidades acadêmicas da Instituição é fundamental, haja vista a multiplicidade de áreas dos conhecimentos que perpassam as atividades da extensão universitária.

No âmbito do Simaeu, outra ação importante diz respeito à formulação de instrumentos de avaliação que possibilitem a coleta de dados oriundos das comunidades interna e externa durante e após a execução de projetos e programas de extensão.

O Sistema de Monitoramento proposto irá impactar diretamente no aperfeiçoamento das ações de extensão, na direção de, cada vez mais, ampliar o cumprimento institucional de abertura e valorização do diálogo com a comunidade universitária e com a sociedade, bem como efetivar de forma mais sólida o tripé extensão-ensino-pesquisa.

Prof. Dr. Isaac Dayan Bastos da Silva
Pró-Reitor de Extensão e Cultura
Portaria n.º 3353/2018

I. BASES CONCEITUAIS, PRINCÍPIOS NORTEADORES E FINALIDADES DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A extensão é uma dimensão acadêmica da universidade pública, articulada e desenvolvida de forma indissociável ao ensino e à pesquisa. Com o apoio e a articulação da gestão, precisa ser pensada como uma unidade, sendo fundamental que o seu desempenho seja gerido adequadamente, sem desconsiderar sua interface permanente com as outras áreas e integrada ao macroplanejamento institucional.

Nessa linha de pensamento, a extensão se constitui e se consolida como um estratégico canal de interlocução com a sociedade, além de viabilizar interação no âmbito da comunidade (interna e externa), intercambiar conhecimentos com diversas instituições, sobretudo com os agentes envolvidos na formulação e implementação de políticas públicas. Incluem-se também, nesse sentido, as comunidades e saberes tradicionais do Acre.

A extensão, então, é entendida como prática acadêmica, responsável por conectar a universidade às suas atividades de pesquisa e ensino com as demandas sociais da população. Seguindo as orientações do Plano Nacional de Extensão Universitária, as atividades de extensão são consideradas essenciais e têm potencial de unir a categoria universitária, exercida por intermédio de docentes, técnicos e alunos, como instrumento de mudança no âmbito das próprias instituições onde se desenvolve e nas sociedades onde estiverem inseridas (BRASIL, 2000).

O supramencionado Plano prevê como resultado das reflexões levantadas a importância de consolidar as práticas extensionistas nas Instituições de Ensino Superior (IES), vislumbrando equilíbrio entre as demandas que lhes são socialmente exigidas e as inovações e saberes que abroham do trabalho da comunidade universitária.

O Art. 52 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n.º 9.394/1996 confere à extensão como integrante das Universidades, instituições concebidas como marcadamente “pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano”. (BRASIL, 1996). Nessa linha de compreensão, a Universidade como instituição pública educacional tem uma natureza acadêmica e um caráter de bem social e,

justamente por causa destes fatores identitários, necessita fortalecer o enfoque na difusão de uma cultura avaliativa, inclusive em relação à extensão, uma das funções primordiais da Universidade.

De uma forma articulada com a avaliação institucional e demais formas de avaliação já existentes no âmbito da Universidade Federal do Acre (Ufac), o Sistema de Indicadores para o Monitoramento e Avaliação da Extensão Universitária (Simaeu/Ufac), ora proposto, se assenta na concepção da Extensão como “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade.” (FORPROEX, 2007, p. 2), nesse sentido o papel social da extensão universitária é ímpar.

A construção de um sistema de monitoramento e avaliação da extensão universitária tem como uma das suas finalidades de destaque “o acompanhamento e a comparação do que foi planejado com o que foi executado, permitindo rever rumos, consolidar ganhos, tomar decisões estratégicas, gerenciais e operacionais, bem como replanejar suas ações.” (FORPROEX, 2013, p. 124). Possibilita, ainda, “definir metas e prioridades e delimitar a política de extensão” (FORPROEX, 2013, p. 125). Assim sendo o Simaeu pode se constituir como suporte para a gestão colegiada da Ufac, contribuindo para a apreensão e análise da realidade da extensão universitária, bem como pode ser elemento fundamental na tomada de decisões.

Isto posto, não se trata de um trabalho a ser empreendido por um setor isolado, pois pode ser instrumento de acompanhamento da efetividade de um planejamento amplo como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), possibilitando ampliar correções de rumo. O Simaeu poderá, ainda, ampliar o potencial das ações de extensão e, de uma forma mais ampla, possibilitar ajustes na política local de extensão.

Com inspiração em Ribeiro e Sousa (2017), as finalidades Sistema de Indicadores para o Monitoramento e Avaliação da Extensão Universitária (Simaeu/Ufac) são as seguintes:

- socialização de informações;
- difusão de resultados;
- aprimoramento dos processos;
- otimização dos recursos.

A Avaliação da Extensão tem caráter contínuo, sistemático e pode possibilitar o registro e o fluxo de informações, um gerenciamento mais sistemático dos recursos disponíveis e a devida prestação de contas aos órgãos de controle e à sociedade, além de fornecer indicadores e subsídios para a expansão e consolidação da extensão, bem como uma maior visibilidade dos trabalhos empreendidos.

Sob a ótica do Forproex, um sistema de avaliação e monitoramento da extensão universitária é **constituído de dois subsistemas**, sendo um de MONITORAMENTO e o outro de AVALIAÇÃO, assim definidos:

O **subsistema de monitoramento** consiste no acompanhamento contínuo do desenvolvimento dos programas/ações em relação às metas, devendo ser capaz de prover informações que possibilitem a adoção de medidas corretivas para melhorar sua operacionalização; e o **subsistema de avaliação** tem por objeto a análise dos produtos e dos resultados referentes aos programas e às ações desenvolvidas em relação aos objetivos e metas estabelecidos.” (FORPROEX, 2013, p. 125, grifo nosso).

Para além de uma perspectiva de formato tradicional de controle burocrático, o monitoramento está mais relacionado às demandas e necessidade de acompanhamento sistemático das atividades a ser realizado ao longo da execução da ação o que, em última instância, subsidia a avaliação e a prestação de contas à sociedade.

Já a avaliação, sem desfocar do seu sentido pedagógico, toma como referência os dados coletados no acompanhamento, sob o prisma dos diversos participantes envolvidos. É importante que a avaliação seja referendada pela comunidade universitária, sem desconsiderar a comunidade externa e, ainda, seja concebida a partir de um formato descentralizador para que tenha legitimidade não apenas técnica, mas acadêmica.

Além disso, sua implementação é contextualizada, portanto, “sujeita à vitalidade da dinâmica social dos diferentes atores que dela participam.” (NOGUEIRA, 2015, p. 18). Nessa esteira, o processo não intenciona ser imune às interferências, contribuições, questionamentos e às necessárias mediações empreendidas pelas interlocuções estabelecidas com a comunidade acadêmica e externa.

O pressuposto fundamental que orienta o Simaeu pauta-se no princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além dos seguintes preceitos:

→ observância às especificidades da Universidade, primando pelo reconhecimento e respeito às múltiplas particularidades, à dinamicidade dos diversos setores que compõem a Instituição, às diferenças e aproximações entre as áreas de atuação e suas singularidades;

→ a avaliação das ações de extensão universitária é de caráter permanente, sistemático, contínuo, qualitativo e quantitativo, abrangendo atividades integrantes dos editais oriundos da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proex/Ufac);

→ as informações e os resultados coletados são exclusivos para subsidiar o planejamento, as publicações, o apoio e a tomada de decisão da gestão universitária;

→ não se trata de gestão de resultados, mas subsídios para ampliar o compromisso social da Universidade e a participação da comunidade universitária em atividades extensionistas;

→ integra a política institucional amplamente divulgada no âmbito da Ufac e, em especial, junto àqueles que executam a extensão universitária e à sociedade;

→ possui hierarquia, sem se sobrepor às instâncias colegiadas;

→ as ações empreendidas e a metodologia de monitoramento e avaliação serão previamente divulgadas e agendadas com a coordenação das atividades.

II. ANTECEDENTES DO SIMAEU

A Universidade precisa construir e se apropriar de uma cultura de avaliação, aliada a uma cultura da qualidade de suas atividades. A questão da “cultura de qualidade e avaliação” está intrinsecamente vinculada à “cultura da responsabilidade social”. Como Bernheim e Chauí (2008) afirmam: “O termo ‘cultura’ é usado aqui no sentido de que a preocupação com esses aspectos é uma prática diária das instituições [...] com consequências no seu trabalho, e não mero ‘costume’ sem maior importância.” (BERNHEIM, CHAÚÍ, 2008, p.27). Desse modo, o monitoramento e a avaliação integram os programas e projetos, numa lógica integradora, inclusiva e participativa.

Ainda que ações de monitoramento e avaliação sejam práticas vivenciadas na Instituição ao longo dos anos, as ações neste sentido são esparsas e não são imunes às descontinuidades. As variadas formas de monitoramento e avaliação da extensão são marcadas pelos reflexos da dinâmica do contexto, da coexistência de várias forças políticas, das limitações de não se ter especialistas na área, dos necessários processos de desconstrução/construção e de movimentos de negociações entre os diversos participantes da política de extensão no âmbito do contexto acadêmico e da gestão universitária.

Assim, algumas ações já foram empreendidas tanto na direção do monitoramento, quanto da avaliação. Então, aqui cabe um esforço na direção de se registrar, sem ordem cronológica e sem ordem de importância, o que já se praticou ou se pratica em termos de Avaliação e Monitoramento no âmbito da Proex/Ufac:

→ Uso contínuo e diário da Plataforma de Ações de Extensão e Cultura (Paec) – a partir de 2017 todos os projetos de extensão são cadastrados nessa plataforma e, mais recentemente em 2019 os programas também foram integrados na Paec. O processo efetiva-se em três etapas básicas: submissão de projetos, acompanhamento e finalização do projeto, esta última inclui a emissão de um relatório final consubstanciado, com a emissão de certificados solicitados. Ao longo da execução dos projetos contemplados com financiamento, todos os lançamentos financeiros são efetivados no cronograma de desembolso.

Laudon (2004) inspira aqui a definição da Paec como um sistema de informação constituído de um “conjunto de componentes inter-relacionados que coleta (ou recupera), processa, armazena e distribui informações destinadas a

apoiar a tomada de decisões, a coordenação e o controle” (LAUDON, 2004, p. 7) da extensão no âmbito da Ufac.

Com a implantação da Paec, a busca por informações nos projetos submetidos à Proex deixou de ser manual em processos físicos ou em planilhas eletrônicas e passou a ser feita de modo on-line. Com isso, a Proex realiza, graças à facilidade na busca de dados, o monitoramento financeiro das atividades aprovadas por editais com financiamento, a avaliação das propostas e dos relatórios finais, inclusive sendo obrigatório o envio de fotos para substanciar o acontecimento das atividades previstas no projeto e descritas no corpo do Relatório Final, além da emissão, também de forma on-line, dos certificados. Outras informações como: número de projetos por centro e servidores com ações de extensão cadastradas são bem utilizadas para o acompanhamento.

Na Paec, os servidores da Proex avaliam os Relatórios Finais consubstanciados emitidos pelos(as) coordenadores(as) de atividades de extensão na Paec, emitem parecer técnico e, posteriormente, retornam aos coordenadores para ajustes (ou esclarecimentos, conforme necessidade) ou encaminham para emissão de certificados. Importante destacar que a primeira instância de apreciação dos relatórios (e dos projetos de extensão) é a unidade na qual o servidor é lotado. Neste documento, consta uma avaliação da coordenação da atividade sobre os pontos mais relevantes do programa ou projeto executado, apresenta registros fotográficos, bem como as dificuldades encontradas na execução, além de conclusões, perspectivas e sugestões.

Com o suporte da Paec, a equipe Proex realiza o monitoramento quanto à emissão de relatórios dos projetos de extensão, com o conseqüente impedimento para apresentação de novos projetos se o(a) coordenador(a) da ação estiver inadimplente junto à Proex. Isto se aplica a todas as chamadas internas de projeto, determinada nas *condições de participação* em que o(a) proponente da Ação de Extensão deve estar sem nenhuma ação de extensão sob sua coordenação com qualquer tipo de pendência no âmbito da Proex. Tal providência funciona como um instrumento que estabelece como critério básico para participação a responsabilidade com a devida prestação de contas dos recursos públicos acessados. Este critério de entrada demonstra uma evidência de monitoramento.

→ O processo seletivo das atividades de extensão é conduzido pela Proex e pelo Comitê Multidisciplinar de Extensão (CME) que aprecia as propostas na

Paec, atribuindo notas, avaliando os orçamentos apresentados e, logo após, devolvendo as propostas indeferidas às unidades acadêmicas para que seus proponentes tomem ciência. Na composição deste CME há representantes de todos os Centros Acadêmicos e das Pró-Reitorias.

→ No processo de avaliação dos cursos de graduação, a Proex colabora com o levantamento de todos os docentes e discentes que atuam em atividades de extensão. Atualmente, o próprio Diretor de Centro tem um acesso na Plataforma de Ações de Extensão (Paec) que possibilita o levantamento das informações solicitadas pelo Ministério da Educação.

→ Outra atividade que possibilita a visualização e o controle das ações realizadas diz respeito ao Relatório de Gestão e a publicação do *Ufac em Números*, na qual a extensão integra a publicização das ações realizadas.

→ Muitas atividades de extensão têm presença da Proex na abertura e no encerramento das ações, bem como os editais contemplam rubrica para divulgação.

→ A Proex intermedia publicações das atividades no site da Universidade e em vídeos produzidos pela Diretoria de Arte, Cultura e Integração Comunitária (Dacic).

III. OBJETIVOS DO SIMAEU

3.1 Geral

Em conformidade com o Art. 20 da Resolução Cepex n.º 26, de 27 de outubro de 2020:

O sistema avaliativo da extensão universitária objetiva registrar a relevância social da ação realizada, tanto no aspecto quantitativo, como no qualitativo, com base no registro das atividades e no levantamento de dados, com vistas a orientar as decisões políticas e institucionais quanto aos seus programas de extensão e ao impacto social. (UFAC, 2020, não p.).

3.2 Específicos

- Potencializar as contribuições da extensão na formação dos acadêmicos.
- Fortalecer estratégias de interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade, investigando se o alcance social da Universidade pela via da extensão se coaduna com as necessidades dos usuários e reflete na confiança e no reconhecimento social em relação à Universidade.
 - Propor um conjunto de indicadores de desempenho social, acadêmico e institucional para avaliar ações de extensão na Ufac.
 - Aperfeiçoar as ações e os serviços prestados.
 - Subsidiar parcerias interinstitucionais, sobretudo com órgãos públicos e entidades da sociedade civil organizada, em especial, as representações populares.
 - Canalizar e apoiar apresentação de propostas para fins de financiamentos internos e externos.
 - Potencializar a aproximação com o ensino e a pesquisa, com vistas ao fortalecimento do tripé inerente às universidades públicas brasileiras.
 - Registrar, divulgar e socializar as experiências extensionistas.
 - Potencializar o uso da Plataforma de Ações de Extensão e Cultura (Paec).
 - Possibilitar a identificação do perfil do público atingido e envolvido nas ações de extensão, dentre outras variáveis.
 - Contribuir com o trabalho da Comissão Permanente de Avaliação (CPA).
 - Fortalecer as edições anuais do Seminário de Extensão Universitária.

- Subsidiar os trabalhos do Comitê Multidisciplinar de Extensão (CME).
- Coletar informações para o Relatório de Gestão.
- Agrupar e aproximar projetos de extensão de áreas afins, bem como o levantamento dos projetos culturais realizados por meio da extensão.

IV. METAS DE ALCANCE A PARTIR DOS DADOS COLETADOS PELO SIMAEU

→ Implantação de uma política contínua e sistemática de monitoramento e avaliação das ações de extensão na Ufac.

→ Publicação de uma Agenda Semestral de Extensão.

→ Ampliação do apoio à realização de Eventos Acadêmicos, Cursos, Programas e Projetos de extensão.

→ Acompanhamento sistemático dos trabalhos desenvolvidos pelos bolsistas de extensão.

V. REFERENCIAL TEÓRICO

Como um dos principais canais de interlocução da Universidade com a comunidade a extensão pode se constituir como um instrumento propulsor de mudanças que afetem positivamente a formação acadêmica e, de forma mais ampla, a coletividade, tanto na contemporaneidade, como no que diz respeito às influências culturais e educacionais das futuras gerações.

Nessa linha de compreensão, a qualidade do trabalho desenvolvido na Universidade é aqui compreendida como um direito e, mais que isso, a “educação de qualidade é prerrogativa de todos. A qualidade social da educação, que deve ser a sua resultante, vem impregnada dos pleitos de democratização, de participação nas diferentes instâncias de decisão.” (BARRETO, 2012, p.741). Então, a transparência dos serviços públicos e a garantia de mecanismos de controle social é parte integrante da função social da Universidade, sobretudo porque, como aponta a Declaração sobre a Educação Superior na América Latina e no Caribe (Havana, novembro de 1996):

O conhecimento é um bem social que só pode ser produzido, transmitido, criticado e recriado em benefício da sociedade, em instituições plurais e livres que gozem de plena autonomia e liberdade acadêmica na busca de soluções às demandas, necessidades e carências da sociedade, a qual deve prestar contas como condição necessária para o pleno exercício da autonomia. A educação superior só será capaz de cumprir tão importante missão se exigir de si mesma a mais alta qualidade. Para esse fim, avaliação contínua e permanente é, na verdade, instrumento do maior valor. (BERNHEIM, CHAUI, 2008, p.19).

Na esteira do pensamento de Bartnik e Silva (2009), a avaliação e o monitoramento das ações de extensão não devem ser apreendidas como alvo de controle e fiscalização, mas como forma de trazer subsídios que permitam confirmar decisões e ações bem sucedidas, fundamentar escolhas que se revelem necessárias, planejar e redimensionar ações. Além disso, como apontado em Nogueira (2015), referindo-se à avaliação em larga escala, mas que também pode se aplicar à avaliação da extensão universitária, os dados coletados pela avaliação podem:

a) indicar referenciais e subsídios para a definição ou o aprimoramento de políticas educacionais; b) constituir-se em um dos indicadores da qualidade do ensino; c) orientar gestores do sistema na questão da formação continuada; d) contribuir para a definição de estratégias de ensino com vistas à superação de dificuldades encontradas pelos alunos; e) definir critérios mais justos para destinação de verbas públicas, dentre outros aspectos. (NOGUEIRA, 2015, p. 43-44).

Além disso, o monitoramento e a avaliação da extensão universitária podem se constituir em importantes mecanismos de formulação e reformulação dos trabalhos realizados na Universidade, possibilitando novos e contínuos redimensionamentos, sem desconsiderar o protagonismo estudantil e a participação dos demais segmentos, dentro e fora da Universidade.

Um dos maiores desafios das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) é resolver o gargalo existente entre Extensão, Pesquisa e Ensino. Nessa lógica, a extensão possui algumas características, as quais se bem trabalhadas, podem vir a contribuir para uma mudança no processo de ensinar e aprender e de conduzir as pesquisas, sobretudo com um foco no compromisso social com a qualidade da Universidade Pública.

Como a Extensão não é dissociada do Ensino e da Pesquisa, um sistema de monitoramento e avaliação não é alheio a essa questão, sobretudo porque quanto mais conexão houver entre essas instâncias constitutivas da Universidade, maior investimento haverá na produção do conhecimento e na relação transformadora entre a universidade e a sociedade que a mantém como instituição pública.

No percurso formativo, sobretudo na formação inicial, é importante ampliar os mecanismos de participação discente nas atividades de extensão, não só focando no ensino ou na pesquisa. A extensão oportuniza o contato do acadêmico cidadão com a comunidade, campo de sua atuação social e profissional.

Uma extensão conectada com a realidade social ultrapassa o território acadêmico e amplia a visão de mundo por meio das práticas realizadas com diversos setores da sociedade, como aponta o Forproex:

As atividades de Extensão Universitária constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas. Esses resultados possibilitam enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e

metodológicos, ao mesmo tempo em que permitem a reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da Universidade Pública brasileira. (FORPROEX, 2012, não p.)

A extensão possibilita um campo fértil para a transposição didática, para a socialização de conhecimentos, para uma participação social mais consistente, consciente e impacta positivamente na formação do estudante e o consequente processo de profissionalização, uma vez que sua participação em diversos processos sociais amplia sua visão de mundo e oportuniza vivências, sobretudo aquelas conectadas com os reais interesses e necessidades da comunidade ao qual está inserido.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996) em seu Art. 67, os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público, sendo um período reservado a estudos, formação, planejamento e avaliação, ambos incluídos na carga horária de trabalho, por fazer parte da formação profissional. Essa formação tem caráter contínuo, e pode promover eficiência, eficácia e efetividade das atividades não só da extensão, mas também, da pesquisa e do ensino.

Os conhecimentos transmitidos e produzidos na Universidade precisam ser socializados por meio de atividades de extensão que alcancem a comunidade externa e, também, professores, técnicos administrativos e alunos. Pela via da extensão universitária, a Ufac também pode realizar ações conjuntas com outras Ijes, isso pode ser um investimento em uma visão mais ampliada de como funciona a extensão no Brasil, considerando-se as várias realidades, o intercâmbio de conhecimentos e experiências, o acesso a visões de diferentes extensionistas e difusão de experiências pedagógicas exitosas.

Na Constituição Federal do Brasil de 1988, mais precisamente no Artigo 207 que dispõe sobre a autonomia das Universidades, explicita-se que esta autonomia é didático-científica, patrimonial, administrativa e de gestão financeira, devendo obedecer ao princípio da não separação entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988). Como aliada ao ensino e à pesquisa nessa tríade indissociável, a extensão tem o papel fundamental de ultrapassar os “muros” da instituição, por meio de estratégias de socialização de conhecimentos produzidos pela academia, como corrobora Santos ao explicar que:

Por meio da extensão, a universidade tem a oportunidade de levar até a comunidade os conhecimentos de que é detentora, os quais são produzidos com a pesquisa e que normalmente divulgam o ensino. É uma forma de a universidade socializar e democratizar o saber científico, de modo a este não se traduzir em privilégio apenas da minoria da população (universitária), mas difundido também à comunidade não acadêmica, consoante os próprios interesses dessa mesma comunidade. (SANTOS, 2010, p.14).

Ainda que a Universidade seja pública, não há vagas para todos e é na democratização do acesso ao conhecimento que a Extensão mais pode contribuir com a sociedade que a mantém, sobretudo, em comunidades que tenham as maiores demandas sociais.

No país, as Ifes têm relação direta e indiretamente vinculadas às demandas sociais e, também, com aquelas oriundas da própria comunidade acadêmica, buscando, assim, atingir seus objetivos de desenvolvimento interno e contribuir com a sociedade na qual se insere (FRAGA, 2015). A extensão trabalha no sentido de fortalecer sua importância estratégica, assim, precisa ser valorizada como atividade que pode contribuir com novas visões de formação, por meio de atividades estratégicas planejadas pelos extensionistas, sendo indispensável como ferramenta de aprendizagem, formação pessoal, social, política e profissional.

O autor acrescenta ainda que nessa perspectiva “vale ressaltar que a prioridade é o desenvolvimento social, promoção e bem-estar físico para garantir valores, direitos e deveres às pessoas.” (FRAGA, 2015, p.7). Nessa linha de pensamento, a Universidade pode se constituir como aliada da sociedade, tanto do ponto de vista da produção do conhecimento, quanto da interlocução com a sociedade com vistas à realização de trabalhos voltados para as reais necessidades das comunidades, especialmente aquelas com maior vulnerabilidade social.

Como bem público, o compromisso social da Universidade é instado a se conectar com as políticas públicas, atentando-se para a questão de que “a avaliação é um mecanismo que se efetiva num campo de disputas, sobretudo no contexto educacional em que os resultados por ela obtidos podem ser indutores de políticas públicas.” (NOGUEIRA, 2015, p. 35). Esse papel social da Universidade é uma evidência significativa da extensão universitária.

Portanto, a extensão universitária é protagonista no processo de

fortalecimento da Universidade, sobretudo quando implementa programas e projetos que contribuem com o desenvolvimento dos serviços prestados à comunidade externa e interna, auxiliando na socialização do conhecimento adequando-as às demandas sociais.

VI. FASES DO SIMAEU

O processo de sensibilização permeia todas as fases do Simaeu e caracteriza-se como uma forma para alcançar a colaboração das comunidades externa e interna, sobretudo naquelas estratégias que, no âmbito da Ufac, possam ser exitosas quanto ao monitoramento e à avaliação da extensão.

Como proposta, o Simaeu constitui-se de 7 fases interligadas:

- 1ª) estudo do Referencial Teórico por parte da Equipe Proex/Ufac;
- 2ª) planejamento e escrita da proposta inicial;
- 3ª) apresentação da proposta inicial e coleta de sugestões;
- 4ª) implementação/projeto piloto;
- 5ª) monitoramento (acompanhamento);
- 6ª) (re)avaliação das ações para a tomada de novas decisões.
- 7ª) implantação

Ainda que essas 7 fases estejam didaticamente separadas, elas possuem interconexão e a seguir serão detalhadas. |

6.1 ESTUDO DO REFERENCIAL TEÓRICO POR PARTE DA EQUIPE PROEX/UFAC - 1ª FASE

A produção de um material que possa subsidiar o monitoramento e a avaliação da extensão no âmbito da Universidade requer um estudo do suporte teórico que dê sustentação às ações empreendidas. Na Ufac não há especialistas em monitoramento e avaliação da extensão universitária e, ainda que houvesse, o primeiro passo na construção de um sistema dessa natureza seria o estudo do referencial teórico, sobretudo por parte da equipe da Proex responsável pelo delineamento dos primeiros escritos na direção de se construir uma proposta fundamentada.

Essa proposta não tem a intencionalidade de ser fechada, pois sua consistência e legitimidade se dará a partir das contribuições da comunidade acadêmica e, também, pelo reconhecimento social. Assim, essa fase consiste em debruçar-se sobre estudos já realizados, acessando diferentes abordagens,

priorizando-se as discussões e decisões políticas emanadas do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex).

De forma complementar a esse estudo, é importante o intercâmbio de experiências com Ifes que já têm notoriedade no que diz respeito a uma política de monitoramento e avaliação bem delineadas, bem como com universidades que tenham perfis semelhantes à Ufac.

6.2 PLANEJAMENTO E ESCRITA DA PROPOSTA INICIAL - 2ª FASE

No âmbito das instituições, sobretudo no campo acadêmico, o registro é fundamental, ele preserva, faz história e amplia as chances de continuidade. O planejamento inicial dessa proposta cumpre uma função da Proex, órgão encarregado do planejamento, coordenação, que diz respeito ao acompanhamento e integração das atividades de extensão e cultura, envolvendo a comunidade interna e externa.

A importância da Extensão e a necessidade de monitoramento e avaliação é destacada no Art. 21, da Resolução n.º 26/2020:

Caberá à Proex acompanhar (controle quantitativo e registros descritivos), monitorar (avaliação contínua/proposição de alterações, quando necessário) e propor processos avaliativos das ações de extensão, por meio de instrumentos que identifiquem o percurso entre o planejamento e a execução das atividades. (UFAC, 2020, não p.).

Na continuidade do mesmo artigo, o § 1º aponta que “o monitoramento é parte integrante do processo avaliativo e poderá ser realizado periodicamente pela equipe proponente da atividade (sob a responsabilidade direta da coordenação), pelos beneficiários e pela equipe da Proex/Ufac. (UFAC, 2020, não p.).

Assim sendo, nota-se que do ponto de vista da legalidade, no âmbito da Ufac o texto que estabelece normas de regulamentação prevê essa necessidade de monitorar e avaliar as ações de extensão. Nessa direção, é importante o resgate da história da extensão na Ufac, o diálogo com extensionistas, com profissionais que se identifiquem com o trabalho de interlocução com comunidades. Uma universidade se constitui de uma pluralidade de ideias, de um universo de pessoas, de histórias.

No âmbito nacional, o monitoramento e a avaliação têm um destaque na Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018 (que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n.º 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências), mais especificamente o Capítulo II, Art. 12 destaca:

A avaliação externa in loco institucional e de cursos, de responsabilidade do Instituto Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) deve considerar para efeito de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, bem como para o credenciamento e credenciamento das instituições de ensino superior, de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação (SINAES), os seguintes fatores, entre outros que lhe couber:

I - a previsão institucional e o **cumprimento de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação para as atividades de extensão** tipificadas no Art. 8º desta Resolução, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos;

II - a **articulação entre as atividades de extensão e as atividades de ensino e pesquisa** realizadas nas instituições de ensino superior;

III - os docentes responsáveis pela orientação das atividades de extensão nos cursos de graduação.

Parágrafo único. aos estudantes, deverá ser permitido participar de quaisquer atividades de extensão, mantidas pelas instituições de ensino superior, respeitados os eventuais pré-requisitos especificados nas normas pertinentes. (BRASIL, 2018, não p., grifos nossos)

Note-se que, de várias formas e em diversos momentos, a Universidade é instada a comprovar e fomentar a extensão, a estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação. O Ministério da Educação monitora e avalia a extensão diretamente ou através dos órgãos de controle e, internamente, ainda que por vezes por ações esparsas ou descontinuadas,

6.3 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL E COLETA DE SUGESTÕES - 3ª FASE

Inicialmente, a proposta será apreciada no âmbito da gestão universitária. A importância nessa fase reside no fato de que as outras Pró-Reitorias acadêmicas e administrativas necessitam conhecer o Simaeu, tanto para dar contribuições, quanto para serem informadas acerca desse novo sistema que estará presente na execução de todas as ações extensionistas e também para que a implementação desse Sistema possa se constituir como um importante instrumento de gestão.

O Simaeu também carrega em si um caráter técnico e administrativo, ainda assim, a necessidade de ampliar a discussão se ancora na sua dimensão política, na dinâmica de funcionamento da Universidade e na forma colegiada de administração inerente

Em momentos distintos e de forma complementar haverá:

→ apresentação da minuta do Simaeu para Reitoria e outras unidades administrativas;

→ apresentação da minuta em um Seminário aberto à comunidade acadêmica.

6.4 IMPLANTAÇÃO/PROJETO PILOTO - 4ª FASE

Na continuidade do processo é salutar realizar uma fase de testagem, aqui considerada projeto piloto. Essa fase poderá se efetivar por meio de um Grupo de Trabalho (GT), com foco nos coordenadores de projetos com financiamento e poderá avaliar inicialmente alguns aspectos pontuais: conhecimento da política de extensão em nível nacional, institucional e da unidade acadêmica; financiamento; parcerias estabelecidas; nível de conhecimento da Paec, número de alunos envolvidos através de ações curriculares ou não; articulação com o ensino e com a pesquisa; processo de avaliação do projeto e dos bolsistas; impacto sobre a formação dos alunos e do coordenador; repercussões junto ao público alvo do projeto; resultados obtidos e produtos gerados (publicações, por exemplo).

A partir dos processos observados e dos indicadores coletados esse GT poderá propor novos processos da Extensão com vistas à inclusão de outros

elementos na avaliação e na melhoria do monitoramento. Nessa fase será importante a observância na necessidade de testagem dos instrumentos e na proposição de questionários adequados a cada modalidade de ação de extensão. A amplitude da avaliação também deve ser determinada pelo GT considerando a estrutura física e de pessoal da Proex e da Universidade.

6.5 (RE)AVALIAÇÃO DAS AÇÕES PARA A TOMADA DE NOVAS DECISÕES - 5ª FASE

Consiste na retroalimentação do próprio Sistema, a partir das leituras dos dados iniciais obtidos na 4ª fase do Simaeu. Essa fase também será efetivada por meio de um Grupo de Trabalho (GT) que irá elaborar um relatório com sugestões para a melhoria do monitoramento efetivado via Paec, dos questionários elaborados e dos dados obtidos na 5ª fase desse Sistema.

O trabalho do GT deve ser baseado nos resultados das ações de extensão e em entrevistas com docentes, discentes e técnicos que estão envolvidos com a Extensão no período após o início da 5ª fase.

Nessa fase o GT deve propor uma periodicidade para a realização dessa reavaliação, justamente pelo fato de que o tempo pode-se modificar alguns parâmetros do sistema, mantendo-se o que for possível, em função da necessidade de comparação entre os dados coletados pelas avaliações e pelos monitoramentos. Uma avaliação periódica pode ser fundamental para propor a ampliação das atividades de avaliação e monitoramento.

6.6 IMPLANTAÇÃO - 6ª FASE

A implantação do Simaeu será um resultado de toda experiência acumulada durante todas as fases detalhadas acima. Ela será direcionada pelo relatório do GT elaborado na fase de reavaliação, porém é nessa fase principalmente em que se deve atentar para os objetivos e metas desse sistema com a finalidade de identificar qualquer processo que esteja incompleto ou que precise ser corrigido. Essa fase deve ser acompanhada da elaboração de um plano de expansão do

sistema considerando futuras aquisições de programas, de equipamentos ou contratação de pessoas.

VII. METODOLOGIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

As práticas extensionistas possuem metodologias singulares, diferenciadas, posto que as experiências vivenciadas por meio da interlocução Universidade-Sociedade possuem uma dinâmica única e viabiliza encontros entre a comunidade universitária e a comunidade externa que pode retroalimentar a Instituição. Esses canais de interlocução ampliam as possibilidades de incorporação e reinvenção de saberes, pois como aponta Castro (2004):

a extensão possui algumas características que se bem exploradas podem vir a contribuir para uma mudança no processo de ensinar e aprender: possuem um arsenal metodológico diferenciado; é feita de encontros entre alunos, professores e comunidades; tem a possibilidade de, neste encontro, incorporar outros saberes, de criar um novo senso comum e de ampliar a capacidade de reflexão sobre as práticas, porque nelas se constituem, ou seja, são constituídas pelas experiências. (CASTRO, 2004, p. 5).

A extensão contribui com o processo formativo ao ampliar a capacidade de reflexão sobre o contexto social, amplia vivências, viabiliza contatos dentro e fora da Universidade, pressupõe trabalhos coletivos.

A coleta de informações do Simaeu será feita de forma amostral. A amostra a ser avaliada será definida de acordo com a média de ações de extensão e de público alvo atingido no ano anterior, com garantia de representatividade entre as categorias integrantes da comunidade universitária e com representatividade por formação acadêmica dos respondentes (de acordo com grandes áreas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ), quais sejam:

- | | |
|---------------------------------|----------------------------------|
| → 1) Ciências Humanas | → 5) Linguística, Letras e Artes |
| → 2) Ciências da Saúde | → 6) Engenharias |
| → 3) Ciências Sociais | → 7) Ciências Agrárias |
| → 4) Ciências Exatas e da Terra | → 8) Ciências Biológicas |

Na continuidade, todas as ações de extensão contempladas com financiamento interno e externo serão monitoradas e avaliadas conforme o grau de execução dos objetivos e metas assumidas. Quanto às ações sem financiamento (Fluxo Contínuo), estas serão monitoradas e avaliadas por amostragem de forma similar aos projetos financiados.

O Sistema de Indicadores para o Monitoramento e Avaliação da Extensão

Universitária (Simaeu/Ufac) contempla diferentes fontes de coleta de dados, a partir de:

- 1. Relatórios.
- 2. Formulários de Acompanhamento e Avaliação.
- 3. Informações oriundas da Plataforma de Ações de Extensão (Paec) - sistema on-line de registro das ações de extensão.
- 4. Trabalhos apresentados anualmente no Seminário de Extensão.
- 5. Registros fotográficos das atividades.
- 6. Metas delineadas nos projetos – análise do alcance.
- 7. Visitas in loco.

Nos questionários a serem elaborados (alguns instrumentos já constam nos apêndices), as respostas emitidas para cada questão poderão ser emitidas segundo uma Escala Likert de 5 pontos associados a escalas, conforme a natureza e a intencionalidade da questão, sejam assim:

- 1. *Discordo totalmente OU frequentemente*
- 2. *Discordo parcialmente*
- 3. *Indiferente*
- 4. *Concordo parcialmente*
- 5. *Concordo totalmente OU frequentemente*

OU, assim:

- 1. *Muita frequência*
- 2. *Frequentemente*
- 3. *Ocasionalmente*
- 4. *Raramente*
- 5. *Nunca*

OU, desta maneira:

- 1. *Muito importante*
- 2. *Importante*
- 3. *Razoavelmente importante*
- 4. *Pouco importante*
- 5. *Sem importância*

OU, assim:

- 1. *Muito improvável*
- 2. *Improvável*
- 3. *Neutro*
- 4. *Provável*

→ 5. *Muito provável*

OU, ainda, da seguinte forma:

→ 1. *Sempre verdade*

→ 2. *Usualmente verdade*

→ 3. *Ocasionalmente verdade*

→ 4. *Usualmente não é verdade*

→ 5. *Nunca é verdade*

Em face do princípio da economicidade e por uma questão de agilidade na comunicação, serão priorizados meios eletrônicos de divulgação e aplicação dos questionários.

As respostas dos questionários aplicados serão organizadas em tabelas e gráficos, analisadas e divulgadas na página WEB da Ufac, com informações retroalimentadas, para um acompanhamento mais efetivo pela comunidade acadêmica e pela sociedade. Outra forma de divulgação consiste na apresentação de relatório parcial das informações coletadas no Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão pela equipe Proex.

7.1 DAS CONDIÇÕES INICIAIS NECESSÁRIAS PARA O TRABALHO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO NA UFAC

As ações de Extensão monitoradas e avaliadas necessitam ser divididas entre os servidores da Proex com o auxílio de bolsistas cujo perfil será definido pela equipe.

Além disso, será estruturado um quadro de informe com cronograma de acompanhamento, com uma escala em turnos que se fizerem necessários, de modo que as contrapartidas das 40h semanais de trabalho dos técnicos-administrativos integrantes da equipe possam ser visualizadas e acompanhadas por toda a equipe da Proex.

O Simaeu não é uma prática ser constituída por um setor isolado. A Proex, constituída por duas Diretorias (Dacic e Daex) reconhece a necessidade de ampliar a integração entre os seus setores constitutivos, assim como um sistema de avaliação e monitoramento precisa se aproximar e se efetivar com todas as unidades que fazem extensão, além de ampliar a integração no âmbito da gestão superior, com aqueles se conectam de forma mais próxima com os estudantes, docentes extensionistas, técnicos-administrativos e com a comunidade externa.

Como algumas universidades públicas brasileiras já trilharam um caminho em avaliação e monitoramento da extensão, é salutar o diálogo com elas e a realização de consultoria e outros formatos de intercâmbio de experiências.

Outra ação necessária para a implementação do Simaeu trata-se da necessidade de uma interlocução cada vez mais próxima com cada unidade que desenvolve extensão.

VIII. INDICADORES INICIAIS PARA O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Ao considerar sua responsabilidade social como instituição científica e educacional, a Ufac desenvolve mecanismos de aprimoramento das suas ações no âmbito acadêmico e administrativo que podem nortear as tomadas de decisões na definição de suas atividades, sem perder de vista o contexto em que a Instituição está inserida, uma vez que a sociedade é a principal investidora e usuária.

Os processos de monitoramento e avaliação podem congregam dados relevantes sobre aspectos da qualidade dos programas e projetos da extensão universitária. Ao selecionar e definir indicadores, estes “não podem ser escolhidos tendo apenas como base uma racionalidade técnica, metodológica ou instrumental. Eles implicam decisões políticas, valores e visões do mundo sobre o que é ou não é desejável em educação.” (AFONSO, 2010, não p.). Assim sendo, os dados coletados não podem ser ignorados por nenhuma equipe de gestão no âmbito da Universidade. Nessa ótica, o Simaeu não é um sistema de uma gestão, mas da Universidade.

Isso significa que nem o monitoramento nem a avaliação se constituem como processos neutros e, por isso mesmo, podem possibilitar à comunidade e à gestão universitária legitimar valores e intencionalidades e, assim, constituir em perspectiva de melhoramento das ações realizadas.

Como integrantes do Simaeu, os indicadores possibilitam avaliar o grau de execução dos objetivos e metas assumidas nas ações de extensão. Alinhado com o referencial do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex) referendado e adaptado por Buvnich e Amorim (2013), o Simaeu aponta 5 dimensões estratégicas da extensão, quais sejam:

→ **1ª) Política de Gestão (PG)** – contida nas finalidades, objetivos, fomento e atribuições da extensão, bem como define instrumentos de ação no intuito de averiguar se a missão da universidade incorpora e contribui para consolidar a função extensionista.

→ **2ª) Infraestrutura (Infra)** – informa sobre as condições físicas e gerenciais, reais, de realização da extensão e sobre as possibilidades de se consolidarem as metas almejadas.

→ **3ª) Política Acadêmica (PA)** – no plano acadêmico analisa as possibilidades de incorporação da extensão na vida acadêmica, valorizando as experiências desenvolvidas pelo conjunto de participantes na ação extensionista (professores, técnicos-administrativos e estudantes).

→ **4ª) Relação Universidade-Sociedade (RUS)** – esta relação revela de que modo as ações de extensão estão presentes na sociedade, quais seus pressupostos e finalidades e como a universidade interage no sentido de transformações recíprocas.

→ **5ª) Produção Acadêmica (Prod)** – trata da captação dos produtos resultantes da ação da extensão, que elabora e dissemina conhecimentos e que, no âmbito universitário, têm o seu valor reconhecido.

Para cada uma dessas dimensões, no escopo deste texto, definimos alguns indicadores, conforme descrição contida nos quadros apresentados a seguir.

QUADRO 1 – POLÍTICA DE GESTÃO

Dimensão 1: POLÍTICA DE GESTÃO				
Indicadores	Objetivo	Fórmula	Periodicidade	Fonte
Índice de participação dos servidores da extensão em eventos da área	Avaliar a proporcionalidade do número de eventos e congressos de extensão universitária com a participação de servidores da extensão (incluindo gestores)	$N.^{\circ}$ de participações em eventos / número total de servidores	Anual	Proex
Índice de capacitação em extensão promovida ou apoiada pela Pró-Reitoria (ou equivalente) aberta à comunidade acadêmica	Avaliar a participação em treinamentos em extensão de docentes, técnicos e alunos de modo a despertar o interesse pela prática extensionista	$N.^{\circ}$ de participantes capacitados no ano / $N.^{\circ}$ total de eventos promovidos por ano	Anual	Dados obtidos através de relatório gerado pela Paec
Índice de aprovação de propostas de extensão em editais externos	Avaliar o percentual de projetos e programas submetidos e aprovados em editais externos	$N.^{\circ}$ total de propostas de programas e projetos de extensão aprovados com financiamento / $N.^{\circ}$ total de propostas de programas e projetos de extensão submetidos) x 100	Anual	Proex
Índice de conclusão de ações de extensão	Identificar o quantitativo de ações de extensão concluídas no tempo pré-definido (com apresentação de relatório final)	$N.^{\circ}$ anual de ações de extensão finalizadas no prazo / número total de ações com prazo para acabar no ano) x 100	Anual	Dados obtidos através de relatório gerado pela Paec

Recursos do orçamento anual público voltado para extensão	Identificar o percentual de recursos aprovados no orçamento ordinário da IES destinados exclusivamente à extensão	Orçamento anual destinado exclusivamente à extensão / Orçamento total da IES no ano) x100		Proex e Proplan
---	---	---	--	-----------------

QUADRO 2 – INFRAESTRUTURA

Dimensão 2: INFRAESTRUTURA				
Indicadores	Objetivo	Fórmula	Periodicidade	Fonte
Índice de agendamentos de espaços para eventos internos	Acompanhar os agendamentos dos espaços nas ações de extensão universitária demandadas pela comunidade interna	$N.^{\circ}$ de agendamentos efetuados pela comunidade interna por semestre/ano/ $N.^{\circ}$ total de agendamentos x 100	Anual	Sistema de agendamento/ Proex
Índice de horas de uso dos espaços gerenciados pela Proex/Ufac	Dimensionar as horas de uso dos espaços gerenciados pela Proex/Ufac	$N.^{\circ}$ de horas utilizadas/n. $^{\circ}$ de horas disponíveis para agendamento no semestre/ano	Anual	Sistema de agendamento/ Proex
Quantidade de eventos realizados em espaços gerenciados pela Proex/Ufac	Comparar a capacidade de atendimento com a quantidade de eventos internos e externos realizados.	$N.^{\circ}$ de eventos realizados por semestre/ano	Anual	Sistema de agendamento/ Proex
Índice de agendamentos de espaços para eventos externos	Acompanhar os agendamentos dos espaços nas ações de extensão universitária demandadas pela comunidade externa.	$N.^{\circ}$ de agendamentos realizados pela comunidade externa por semestre/ano realizado/ $N.^{\circ}$ total de agendamentos x 100.	Anual	Sistema de agendamento/ Proex
Participação do quarteto de cordas nas ações de extensão	Avaliar o número de participações do quarteto de cordas nas ações de extensão	$N.^{\circ}$ de participações do quarteto de corda em ações de extensão	Anual	Sistema de agendamento/ Proex

QUADRO 3 – POLÍTICA ACADÊMICA

Dimensão 3: POLÍTICA ACADÊMICA				
Indicadores	Objetivo	Fórmula	Periodicidade	Fonte
Índice de participação de docentes do quadro provisório em equipes de ações de extensão	Avaliar o nível de participação direta/indireta (em qualquer forma, menos execução) de professores do quadro provisório em ações de extensão universitária	$\frac{\text{N.º de docentes do quadro provisório da IES envolvidos em ações de extensão/N.º total de docentes do quadro provisório da IES}}{100} \times 100$	Anual	Paec e Prodigep
Índice de participação de docentes do quadro efetivo nas ações de extensão	Avaliar o nível de participação direta (Equipe de Trabalho) de professores em ações de extensão universitária	$\frac{\text{N.º de docentes do quadro permanente da IES envolvidos em ações de extensão/N.º total de docentes do quadro permanente da IES}}{100} \times 100$	Anual	Paec e Prodigep
Proporção de estudantes de graduação envolvidos em extensão	Avaliar o nível de participação de estudantes em ações de extensão universitária e o consequente empenho institucional	$\frac{\text{N.º de estudantes de graduação em regime presencial envolvidos em ações de extensão / N.º total de estudantes de graduação em regime presencial da IES}}{100} \times 100$	Anual	Paec e Nurca
Índice de participação de técnicos administrativos na extensão	Avaliar o nível de participação direta (coordenação e/ ou execução) de técnico em ações de extensão universitária	$\frac{\text{N.º de técnicos-administrativos do quadro permanente da IES envolvidos em ações de extensão/N.º total de técnicos-administrativos do quadro permanente da IES}}{100} \times 100$	Anual	Paec e Prodigep

QUADRO 4 – RELAÇÃO UNIVERSIDADE-SOCIEDADE (RUS)

Dimensão 4: RELAÇÃO UNIVERSIDADE-SOCIEDADE (RUS)				
Indicadores	Objetivo	Fórmula	Periodicidade	Fonte
Índice de parcerias entre entes públicos, privados, ONGs e movimentos sociais na proposição	Mensurar as demandas da comunidade externa por ações de extensão	N.º de ações executadas anualmente por iniciativa da comunidade externa/número total de ações de extensão	Anual	Paec
Índice de parcerias público/privado relativo ao financiamento de ações de extensão	Apontar os percentuais de investimentos financeiros público/privado aplicados em extensão	Total de recursos financeiros externos anualmente aplicados em extensão/total de recursos destinado à extensão	Anual	Paec
Índice de participação da comunidade externa no planejamento, no desenvolvimento e na avaliação das ações de Extensão	Identificar o nível de interação e comprometimento da comunidade externa com as ações de extensão executadas	Número de participantes da comunidade externa que atuam na equipe de trabalho/Número de participantes nas equipes de trabalho das ações de extensão	Anual	Paec
Índice de público externo alcançado por ações de extensão	Demonstrar o total de público externo alcançado por ações de extensão anualmente, visando planejamento futuro	Número de certificados emitidos anualmente para a comunidade externa/N.º de certificados emitidos anualmente	Anual	Paec
Índice de escolas públicas contempladas em ações de extensão	Identificar o percentual de escolas contempladas por ações de extensão	N.º de escolas públicas contempladas por ações de extensão executadas anualmente/N.º de escolas públicas	Anual	Paec

Índice de municípios atendidos com ações de extensão	Identificar o percentual de municípios alcançados anualmente por ações de extensão	N.º de municípios contemplados por ações de extensão executadas anualmente/N.º de municípios do Estado do Acre	Anual	Paec
--	--	--	-------	------

QUADRO 5 – PRODUÇÃO ACADÊMICA

Dimensão 5: PRODUÇÃO ACADÊMICA				
Indicadores	Objetivo	Fórmula	Periodicidade	Fonte
Ação de extensão desenvolvida por modalidade	Avaliar o nível de oferta de ações de extensão (programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços)	N.º de ações de extensão por modalidade (programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços)	Anual	Paec
Índice de produção de artigos, TCC's, livros ou capítulos produzidos a partir de resultados das ações de extensão	Identificar a produção de artigos, TCC's, livros ou capítulos produzidos a partir de resultados das ações de extensão	N.º total de artigos, TCC's, livros ou capítulos publicados com base em extensão no ano/N.º total de programas e projetos apoiados	Anual	Paec (Acrescentar ao formulário do relatório final)
Quantidade de apresentações em edições anuais do Seminário Integrado de Extensão Universitária (Sieu)	Identificar a apresentação de trabalhos (nas diversas modalidades) no Sieu	N.º total de apresentações relativas às atividades de extensão efetivadas no Sieu	Anual	Plataforma de Eventos
Índice de produções audiovisuais	Identificar o número de novas produções áudios-visuais geradas a partir de resultados da extensão	N.º total de produções audiovisuais como resultado das ações de extensão/N.º total de ações de extensão	Anual	Paec (Acrescentar ao formulário do relatório final).

REFERÊNCIA BÁSICA

BARTNIK, Fabiana Marques Pereira. SILVA, Itamar Mendes da. Avaliação da ação extensionista em universidades católicas e comunitárias. **Avaliação** (Campinas) [online]. 2009, vol.14, n.2, pp.453-469. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772009000200010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 13 jan.2020.

BOURGON, Jocelyne. Finalidade pública, autoridade governamental e poder coletivo. **Revista do Serviço Público**. Brasília 61 (1): 67-96 jan./mar. 2010.

BRASIL. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. 2000. Disponível em: https://www.unifalmg.edu.br/extensao/files/file/colecao_extensao_univeristaria/colecao_extensao_universitaria_1_planonacional.pdf. Acesso em 28 mai. 2020.

_____. **Lei n.º 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 12 nov. 2012.

_____. Assembleia Nacional Constituinte. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Diário Oficial da União de 05/10/1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 29 mai. 2020.

BUVINICH, M. J. R.; AMORIM, J. M. **Sistema de indicadores para o monitoramento e avaliação das ações de extensão**: o caso da Universidade Federal da Paraíba. *Revista Ciência e Extensão*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 9-34, 2013. Disponível em: <[file:///C:/Users/UFAC/Downloads/721-5203-7-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/UFAC/Downloads/721-5203-7-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 27 jan. 2020.

CASTRO, L. M. C. Extensão Universitária e Formação Profissional: avaliação da experiência das Ciências Biológicas na Universidade Federal de Pernambuco. **Estudos em Avaliação Educacional**. ISSN: 1984-932X. V. 17, n. 33 (2006). Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2130>>. Acesso em 26 mai. 2020.

_____. **A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores**. In: Reunião anual da Anped, 27, Caxambu, 2004. Anais, 2004. Disponível em:<<http://www.anped.org.br/sites/default/files/t1111.pdf>>. Acesso em: 17 jun 2020.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (CONIF). **Extensão Tecnológica** - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica/ Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cuiabá (MT): CONIF/IFMT, 2013.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (IBEU)**. Campina Grande – PB; EDUFCEG, 2017. 60p. disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Relatório_de_Pesquisa_Forproex_EB_OOK.pdf. Acesso em 26 mai. 2020.

_____. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. **Avaliação da Extensão Universitária**: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão / Organização: Maria das Dores Pimentel Nogueira; textos: Sonia Regina Mendes dos Santos ... [et al.] – Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013.

_____. **Extensão Universitária**: Organização e Sistematização. 65 Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras Belo Horizonte: COOPMED, 2007. (Coleção Extensão Universitária; v.6).

_____. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão**. Brasília: MEC: SESU, 2006. 100 p. (Coleção Extensão Universitária).

FRAGA, B. S. **Gestão Estratégica na Extensão Universitária**: Estudo de Caso numa Universidade Pública de Ensino Superior. 2015. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/system/scientific_articles/files/000/000/096/original/Revista_Artigo_Gestao_Estrategica_na_Extensao_Universitaria.pdf?1442156365>. Acesso em: 03 jul. 2020.

FERNANDES, Marcelo Costa et al. Universidade e a extensão universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 4, p. 169-194, Dec. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982012000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 jun. 2020.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. Sistemas de informações gerenciais: administrando a empresa digital. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004. 562 p.
MACHADO CLB. Experienciação e a formação de educadores. In: **XIV Endipe**. Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino [CD-ROM]; 2008 abr. 27-30; Porto Alegre: PUC-RS; Unisinos; 2008. p. 12.

NOGUEIRA, Rivanda dos Santos. **Avaliação em Larga Escala como Regulação**: o caso do Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar – Seape/Acre, Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil. Disponível em: <http://www.pppe.ufpr.br/teses%20d2015/d2015_Rivanda%20dos%20Santos%20Nogueira.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2020.

PONTE, Cynthia Isabel Ramos Vivas et al. A extensão universitária na Famed/UFRGS: cenário de formação profissional. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 4, p. 527-534, Dec. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022009000400003>. Acesso em: 08 jun. 2020.

PONTE, Cynthia Isabel Ramos Vivas Ponte. **Identificação e discussão do processo de produção do conhecimento a partir das ações de extensão realizadas pelos professores da FAMED/UFRGS no período 2000-2004**. 2008. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil.

[RIBEIRO, Priscilla Cristina Cabral](#); SOUSA, Sayonara Brito. **Proposição de indicadores sociais e institucionais para avaliação de projetos de extensão**. In: XIII Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2017, Rio de Janeiro. Anais do XIII Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2017. v. 1. p. 1-19. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/320419105_Proposicao_de_indicadores_sociais_e_institucionais_para_avaliacao_de_projetos_de_extensao>. Acesso em: 06 jan. 2020.

SANTOS, M. P. Contributos da extensão universitária brasileira à formação acadêmica docente e discente no século XXI: um debate necessário. **Revista Conexão**. v. 6 n. 1 (2010). Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5141/514151724008.pdf>. Acesso em 27 mai. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. **Resolução Cepex n.º 26, de 27 de outubro de 2020**. Aprova as normas, procedimentos e critérios que regulamentam as atividades de extensão na Universidade Federal do Acre. Disponível em: <<http://www2.ufac.br/site/ocs/conselho-cepex/resolucoes-2020/resolucao-no-026-de-27-de>>

outubro-de-2020>. Acesso em: 04 de dez.2020.

VAITSMAN, J. et al. **O sistema de avaliação e monitoramento das políticas e programas sociais**: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social do Brasil. Brasília: Unesco, 2006.

XAVIER, Ana Cláudia Galvão; NETO, João Vicente; DARWICH, Sandra Magni; FILHO, Sebastião Nunes da Rosa; SECCO, Altemir João; RAMOS, Viviane Silva; CARVALHO, Luciano de; ALMEIDA, Marialva do Socorro Ramalho de Oliveira de; TABOSA, Wyllys Abel Farkatt. **Concepções, diretrizes e indicadores da extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – EPCT**. In: Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Extensão tecnológica: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cuiabá (MT): CONIF; IFMT, 2013. p. 12-21. Disponível em:< <http://portal1.iff.edu.br/extensao-e-cultura/arquivo/2016/extensao-tecnologica-rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica-2013.pdf> >. Acesso em: 21 jan.2020.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO

PÚBLICO-ALVO: comunidade externa participante de atividade de extensão

1) Atividade de Extensão que participou:

2) Sua idade:

3) Sexo: () Feminino () Masculino () Prefiro não declarar

4) Cor/Etnia:

() Preta

() Amarela

() Parda

() Indígena

() Branca

() Prefiro não declarar

5) Escolaridade

() Ensino Fundamental incompleto

() Graduado

() Ensino Fundamental completo

() Pós-graduação lato sensu

() Ensino Médio incompleto

() Mestrado

() Ensino Médio completo

() Doutorado

() Graduação (cursando)

6) Área de Formação:

() Ciências Humanas

() Ciências da Saúde

() Ciências Sociais

() Ciências Exatas e da Terra

() Linguística, Letras e Artes

() Engenharias

() Ciências Agrárias

() Ciências Biológicas

7) Profissão:

8) Atualmente está trabalhando:

- Sim
 Não

9) Cidade em que você mora:

10) Localização: Rural

Urbana. Qual o Bairro? R- _____

11) A atividade de extensão que você está participando é:

- Presencial
 Semipresencial
 À distância

12) Como você ficou sabendo desta atividade de extensão?

- Pelas redes sociais
 Pelo site da Ufac
 Por divulgação presencial do pessoal envolvido no projeto
 Por correspondência oficial
 Através de divulgação impressa (cartazes, panfletos etc.)
 Pela imprensa local

13) Atendimento das Expectativas Pessoais em relação à atividade que você participou:

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

14) Qualidade das Exposições:

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

15) A respeito do Material Distribuído (apenas marque se houver):

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

16) Sobre o Horário da atividade:

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

17) Sobre a carga horária da atividade:

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

18) A atividade que você participou despertou mais interesse em aprofundar os assuntos apresentados?

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

19) Você recomendaria esta atividade para outras pessoas?

() Sim () Não

20) Houve acréscimo de Conhecimento?

() Sim () Não

21) Em caso afirmativo, atribua um conceito aos conhecimentos acessados.

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

22) Qualidade e Adequação da(s) Instalação(ções) em que você participou da(s) atividade(s):

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

23) Qual sua Avaliação Geral Sobre a atividade que você participou?

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

APÊNDICE 2

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO

PÚBLICO-ALVO: discentes, docentes e técnicos administrativos participantes de ações de extensão

Modalidade da Atividade:

Programa () Projeto () Evento () Curso ()

() Docente () Discente () Técnico

DISCENTE (aluno)

NOME			
CURSO	PERÍODO	TURNO	MATRÍCULA

DOCENTE (professor)

NOME:		
CENTRO	CURSO	MATRÍCULA

TÉCNICO (servidor administrativo)

NOME:		
UNIDADE DE LOTAÇÃO:	CARGO:	MATRÍCULA:

Avalie conforme suas expectativas.

1) O conteúdo programado foi:

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

2) A duração carga horária em relação ao conteúdo apresentado foi:

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

3) A quantidade de atividades desenvolvida foi:

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

4) O material distribuído foi:

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

5) Os debates foram:

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

6) Em termos de adequação para a realização das atividades, o local em que o evento foi realizado é:

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

7) Os recursos didáticos foram:

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

8) A qualidade dos serviços e materiais de apoio foi:

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

9) O local e os equipamentos disponibilizados foram:

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

10) De uma maneira geral, você diria que sua participação na capacitação foi:

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

11) Domínio de conhecimento do ministrante/instrutor em relação à temática e conteúdos abordados:

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

12) Temática abordada:

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

13) Divulgação do Evento:

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

14) Organização do Evento:

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

15) Você gostaria de contribuir com sugestões ou informando pontos positivos e negativos?

SIM () NÃO ()

Em caso afirmativo, indique sugestões para a melhoria da atividade para as próximas edições:

APÊNDICE 3

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO

PÚBLICO ALVO: Coordenador de Ação de Extensão

1) A ação de extensão foi executada?

Sim

Não. Por quê?

2) Em conformidade com a abrangência do público atendido e à natureza da ação executada, a extensão desenvolvida pode ser considerada como de abrangência:

Local

Estadual

Regional

Nacional

Internacional

3) A ação alcançou os resultados pretendidos?

Sim Não

Em caso negativo, justifique:

4) A ação atingiu o público pretendido?

Sim Não

Em caso negativo, justifique:

5) A participação da comunidade externa foi:

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

6) A participação dos alunos e a contribuição para a aprendizagem foi:

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

7) A definição das metas e objetivos foi:

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

8) A metodologia adotada foi:

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

9) A elaboração do plano de trabalho, incluindo cronograma e orçamento foi:

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

10) O aproveitamento da extensão como atividade acadêmica curricular foi:

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

11) A disponibilização de espaços adequados para a realização das atividades foi:

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

12) Quais as dificuldades encontradas?

- 1. Incompatibilidade dos horários para o desenvolvimento das atividades
- 2. Falta de espaço físico adequado
- 3. Falta de recursos online adequados (plataformas, internet)
- 4. Falta de recurso financeiro
- 5. Não houve dificuldades
- Outro: _____

13) Em média, quantas ações de extensão você coordena por ano?

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5 ou mais

14) Conclusões, perspectivas e sugestões:

APÊNDICE 4

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO

PÚBLICO ALVO: bolsistas e voluntários na ação de extensão

NOME			
CURSO	PERÍODO	TURNO	MATRÍCULA

1) Você participou de:

Programa ()

Projeto ()

Evento ()

Curso ()

2) Sua participação atendeu as expectativas pessoais em relação à ação de extensão:

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

3) A ação contribuiu para sua formação acadêmica?

() Sim () Não

Em caso negativo, justifique:

4) O(A) Coordenador(a) do projeto monitorou, acompanhou e avaliou todas as etapas durante a execução do projeto?

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

5) Sua participação na ação foi:

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

6) Para execução da ação, o material disponível foi suficiente?

() Sim () Não

Em caso negativo, justifique:

7) Adequação do planejamento à execução do projeto:

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

8) Adequação do tempo disponível para execução da ação:

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

9) Como você avalia sua participação na extensão, com relação às iniciativas para ações proativas, inovadoras e de decisão?

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

10) Como está sendo a divulgação das ações de extensão realizadas ou em andamento na Ufac?

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

11) Tem ocorrido integração da extensão com o ensino de alguma disciplina curricular?

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

12) Você indicaria as ações de extensão para outros colegas?

1	2	3	4	5
Insuficiente	Regular	Bom	Muito Bom	Ótimo

13) Você participaria das próximas edições da ação de extensão desenvolvida?

1	2	3	4	5
Muito improvável	Improvável	Neutro	Provável	Muito provável

14) Você gostaria de contribuir com sugestões ou informando pontos positivos e negativos relacionados a sua participação na extensão?

Sim () Não ()
